

As representações do ensino público no artigo “Escolas rudimentares” de Manoel

Dantas

The representations of public teaching in the article “Rudimentary schools” of Manoel

Dantas

Isabela Cristina Santos de Morais

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: isabelacristinasm@gmail.com

Recebido: 18/05/2018 – Aceito: 28/05/2018

Resumo

No Rio Grande do Norte, durante as duas primeiras décadas do século XX, o intelectual Manoel Dantas esteve à frente da Direção Geral da Instrução Pública. Devido a sua atuação enquanto Diretor e Educador, ele foi convidado pela Associação de Professores para traçar considerações sobre o ensino público na Revista *Pedagogium*. Este estudo está inserido na perspectiva da História Cultural, tendo como base a noção de Representação, conforme o sentido dado pelo historiador Francês Roger Chartier (2002). De modo que, tem-se como objetivo analisar as representações do ensino público apresentadas por Manoel Gomes de Medeiros Dantas no artigo “Escolas Rudimentares”, publicado em 1921, na Revista *Pedagogium*. Por fim, conclui-se que, ao longo do artigo, o autor apresenta vários aspectos da trajetória do ensino público no Rio Grande do Norte. Assim sendo, percebe-se nas diferentes gestões políticas que o denominador comum era a preocupação, no que tange o desenvolvimento intelectual da população, através da instrução, conforme a leitura das representações contidas na fala. A educação ofertada aprimorou-se com a construção dos grupos escolares, e foi difundida, para os lugares mais ermos do Estado, com a instalação das escolas rudimentares. Estas escolas significaram uma opção que com menor custo e em menor espaço de tempo conseguia alfabetizar um maior número de pessoas, além de oportunizar o acesso à escola a um maior percentual de alunos como foi possível constatar a partir de dados estatísticos encontrados no artigo de Manoel Dantas.

Palavras-chave: Ensino Público; Diretor Geral da Instrução Pública; Revista *Pedagogium*.

Abstract

In Rio Grande do Norte, during the first two decades of the twentieth century, the intellectual Manoel Dantas was at the head of the General Direction of Public Instruction. Due to his role as Director and Educator, he was invited by the Teachers' Association to draw up considerations on public teaching in *Pedagogium Magazine*. This study is inserted in the perspective of Cultural History, based on the notion of Representation, according to the sense given by the French historian Roger Chartier (2002). Thus, the objective is to analyze the representations of public education presented by Manoel Gomes de Medeiros Dantas in the article "Rudimentary Schools", published in 1921, in the *Pedagogium Magazine*. Finally, it is concluded that throughout the article, the author presents several aspects of the trajectory of public education in Rio Grande do Norte. Thus, it can be seen in the different political administrations that the common denominator was the concern, as regards the intellectual development of the population, through instruction, according to the reading of the representations contained in speech. The offered education improved with the construction of the school groups, and was spread, to the most inaccessible places of the State, with the installation of rudimentary schools. These schools meant an option that at a lower cost and in a shorter period of time could literate a greater number of people, besides giving access to the school to a higher percentage of students as it was possible to verify from the statistical data found in Manoel's Dantas article.

Keywords: Public Teaching; General Director of Public Instruction; *Pedagogium Magazine*.

1. Introdução

O Rio Grande do Norte durante a primeira república, foi o cenário do objeto deste estudo. No início da década de 1920, a expansão do ensino público era questão relevante para o progresso da educação do Estado, na luta para vencer o analfabetismo e concretizar a propaganda republicana. Como bem afirma Cordeiro (2016, p. 1)

O período da Primeira República foi essencial para o desenvolvimento educacional do Brasil e do Rio Grande do Norte. Os representantes do Estado defendiam o que ficou marcado na história como um novo processo civilizatório, onde a educação figurou nos discursos como um dos principais objetivos da administração pública. Este desenvolvimento dependeu não apenas da mudança do sistema de governo, mas também está relacionado a fatores ideológicos e culturais.

Os governantes enfrentavam dificuldades e após mais de uma década após a proclamação da República, o acesso educacional ainda não era para todos e grande era a parcela

da sociedade ainda analfabeta. Nesse contexto, as instituições escolares, como Grupo escolar, escola isolada eram destaque nos discursos dos governantes e intelectuais da educação que na época, buscavam demonstrar que através da incansável atuação do governo a situação ia progredindo, e com a criação das Escolas Rudimentares expandiu-se o acesso ao ensino público.

Durante o governo de Antônio de Souza, surgiu no Rio Grande do Norte a Associação de Professores, sob a direção de Nestor dos Santos Lima. Essa organização social contou com o apoio do governador, e também do Diretor Geral de Instrução pública. Figura importante para o cenário educacional, responsável pela fiscalização geral do ensino, o Diretor ocupava função de destaque no governo, reportando ao Governador suas decisões e regimentos para a instrução pública.

No ano de 1920 ocorreu então a conferência em homenagem a fundação da Associação dos Professores, que no ano seguinte publicaram os discursos ocorridos na conferência, na Revista Pedagógica organizada pela sua associação, denominada Revista Pedagogium. Cordeiro (2016, p. 8)

A exaltação ao Governo é uma constante na Revista Pedagogium, a atuação do Estado com relação à instrução é louvável e nobre. Nesse sentido, os elogios proferidos corroboram com as intenções da administração pública que viu na Associação de Professores, bem como na Revista Pedagogium, importantes aliados na disseminação dos ideais modernos de civilização

Neste escrito, foi analisado o artigo do Diretor Geral da Instrução Pública, Manoel Dantas, que em seu discurso, delineou o desenvolvimento da instrução pública do Estado. Na época, destacava a criação das Escolas rudimentares como sendo de relevante importância para a luta contra o analfabetismo, mas sem deixar de ressaltar o que vinha sendo feito em prol do ensino público e quais as modalidades de ensino no Rio Grande do Norte.

O artigo foi organizado inicialmente com a introdução e a parte teórica que norteou a escrita do texto, compreendendo a noção de representação de acordo com o autor Chartier (2002, p. 76)

(...) cada série de discursos deve ser compreendida em sua especificidade, isto é, inscrita em seus lugares (e meios) de produção e em suas condições de possibilidade, relacionada aos princípios de regulação que a ordenam e a controlam, e interrogada em seus modos de abonação e de veracidade.

Analisar o texto de Manoel Dantas, impulsionou a reflexão sobre o estudo do ensino público no Rn compreendendo que o texto de Manoel Dantas estava coerente com a leitura que ele fazia sobre os fatos, enquanto Diretor Geral da Instrução Pública e Republicano.

Entendemos como Chartier (2002, p. 70) que “a leitura não é somente uma operação abstrata de intelecção: ela é uso do corpo, inscrição em um espaço, relação consigo ou com o outro”. Portanto ao realizar uma análise sobre o ensino público do Rio Grande do Norte, Manoel Dantas, falava de um lugar e tempo específicos, inserido em um contexto social que pautava suas ações, fazendo com que o seu texto fosse uma representação do real. Sua análise nos mostra a sua representação do real.

2. Metodologia

Em consonância com a autora Martins (2004, p.291) a metodologia utilizada para a construção desta escrita foi compreendida neste estudo como “uma disciplina instrumental a serviço da pesquisa; nela, toda questão técnica implica uma discussão teórica”. Partindo deste ponto, foi utilizada a abordagem qualitativa para conduzir o presente estudo. Como Metodologia qualitativa, Martins (2004, p.292) afirma que

É preciso esclarecer, antes de mais nada, que as chamadas metodologias qualitativas privilegiam, de modo geral, da análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais. Realizando um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador. Neste caso, a preocupação básica do cientista social é a estreita aproximação dos dados, de fazê-lo falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la. Se há uma característica que constitui a marca dos métodos qualitativos ela é a flexibilidade, principalmente quanto às técnicas de coleta de dados, incorporando aquelas mais adequadas à observação que está sendo feita.

Dessa forma, utilizamos enquanto fonte primária, um artigo sobre Escolas Rudimentares, da autoria de Manoel Gomes de Medeiros Dantas, na época Diretor Geral da Instrução pública do Rio Grande do Norte. O artigo foi utilizado para perceber quais as representações do ensino público feitas pelo autor.

No desenvolvimento do estudo, traçamos portanto nossa escrita a partir das considerações feitas por Manoel Gomes de Medeiros Dantas, sobre o ensino público do Estado

do Rio Grande do Norte, no artigo Escolas Rudimentares, publicado no primeiro número da Revista Pedagogium, em Julho de 1921.

Percorrendo este caminho teórico metodológico, buscamos perceber, como estava representado o ensino público do RN sob ótica do Diretor Geral Manoel Dantas.

3. As Representações do Ensino Público sob a ótica de Manoel Dantas: Educação do RN na Revista Pedagogium

A Associação de Professores, sob a direção de Nestor de Santos Lima, então Diretor da Escola Normal, foi constituída na época em que se comemorava o primeiro decênio da formatura da primeira turma de professores do Rio Grande do Norte, diplomados pela Escola Normal.

Encontramos na Pedagogium (1921, p.3) no texto de abertura a declaração de que A referida associação surgiu com o objetivo de “fundar um núcleo social para defender, numa ação sinérgica, os interesses do ensino e da nobre classe do magistério”.

A ideia da criação deste núcleo social em prol da propagação de ideias sobre ensino e magistério foi bem acolhida pelas autoridades do Rio Grande do Norte, tendo como Governador na época Antônio de Souza e Manoel Dantas como Diretor Geral de Instrução Pública, bem como Nestor Lima, Diretor da Escola Normal e posteriormente diretor da nascente Associação dos Professores do RN.

Amparados pelo governo, os idealizadores da Associação: Amphilóquio Câmara, Ivo Filho, Luis Soares e Luís Antônio reuniram-se no Grupo Escolar Augusto Severo pela Primeira vez à 28 de Novembro de 1920, tendo este encontro uma segunda sessão em 2 de Dezembro do mesmo ano, onde puderam contar com maior número de adesão de professores.

A sessão de 1920 estava composta pela comissão de professores; Amphilóquio Câmara, Júlia Barbosa e Luís Antônio para a leitura do projeto de Estatutos bem como a discussão e aprovação destes a 12 de dezembro do mesmo ano, sendo também definida neste mesmo dia a primeira diretoria efetiva, que de acordo com as informações da Pedagogium (1921, p.7) estava organizada da seguinte forma

Presidente – Amphilóquio Carlos S. da Câmara, Vice-presidente – Francisco Gonzaga Galvão, 1ª Secretária – Júlia Alves Barbosa, 2º secretário – Oscar Wanderley, Adjunta – Stella Ferreira Gonçalves, Orador Luiz Soares

d'Araújo, Vice-oradora Djanira Leite, Thesoureiro – Francisco Ivo Cavalcanti, Adjunto – Luis Antônio F. S. dos Santos Lima, Bibliotecário – Braz Caldas, Adjunta – Anna da Silva Araújo.

Culminando a fundação da Associação do professores, foi realizada uma conferência inaugural com a presença do governador do Rn, do Diretor geral da instrução pública e demais personas importantes para o cenário educacional do Estado na época. A primeira edição da Revista pedagógica organizada pela Associação dos Professores denominada “*Pedagogium*” teve o seu primeiro número publicado no ano de 1921 e trouxe os detalhes da fundação da Associação, bem como os importantes discursos realizados pelos intelectuais na Conferência inaugural.

Dentre os artigos desta conferência Inaugural, encontra-se o pronunciamento de Manoel Dantas, então Diretor geral, à frente da instrução pública do Estado, registrando em sua fala mais de duas décadas de experiência com o ensino público através do artigo denominado “Escolas Rudimentares” objeto de estudo do presente escrito.

A abertura do texto, traz a seguinte afirmação de Manoel Dantas, *Pedagogium* (1921, p. 32): “Duas ideias, no Rio Grande do Norte, não tem sofrido solução de continuidade da parte dos dirigentes, desde a proclamação da República: o problema das secas e a instrução pública”.

O Diretor Geral da Instrução Pública esclarecia que ambas as mensagens desde o Primeiro Governador Pedro Velho, até o então atual Antônio de Melo e Souza refletiam preocupação constante no combate à seca e a falta de instrução. E em ambos os discursos a instrução figura como instrumento para elevar o nível intelectual do povo, pontos característicos do discurso republicano.

Dantas, porém faz questão de ressaltar que a esse respeito o governo não realizava apenas exposição doutrinária, mas realizava ações em prol da realização do que propagavam em suas mensagens de governo, enfatizava que sempre que possível viam-se os discursos serem concretizados em fatos. E que todos aqueles que passaram pela administração do Estado não descuidaram dos problemas vitais do Estado procurando solucioná-los com os recursos que dispunham à época.

Manoel Dantas, traçou um panorama geral das instituições escolares e modalidades de ensino implementadas pelo governo republicano ao longo de mandatos de distintos

governantes. Ao tratar sobre instrução pública ele delineou em sua escrita os destaques para o âmbito do ensino público.

Quanto à instrução pública especificamente, acreditava que aos poucos ía encaminhando-se para uma organização completa. O referido autor, citando os feitos dos governantes iniciou destacando o governo de Antônio de Sousa Dantas, *Pedagogium* (1921, p. 32). Afirmava portanto que “decidido a dar ao Ensino a feição moderna que o Estado atual da civilização reclama, o governador Antonio de Souza, em 1907, deu o primeiro passo criando o grupo escolar “Augusto Severo”, para ministrar o ensino graduado”.

Dando prosseguimento a sua narrativa, após a criação do grupo escolar Augusto Severo em 1907 no governo de Antônio de Souza, o autor destacava a criação da Escola Normal de Natal, bem como o decreto do Código do Ensino, que “disseminou os grupos escolares por vários pontos do Estado”. Feitos esses do governo de Alberto Maranhão.

Em prosseguimento ao governo de Alberto Maranhão, O governador Ferreira Chaves continuou a criação dos Grupos escolares e decretou a reforma do ensino ainda vigente nos anos 1920, sendo esta convertida pelo Congresso legislativo na lei n.403 de 29 de Novembro de 1916, que Dantas (1921, p. 32) define como

(...) verdadeiro monumento de sabedoria, porque, em mais de cinco anos de execução ainda não precisou de retoques e tem servido à organização e aperfeiçoamento dos diversos ramos do ensino público, que comporta o ensino rudimentar, em escolas distribuídas pelos núcleos de população rural; ensino primário superior, nos cursos complementares criados nas cidades mais importantes do Estado.

A referida lei impulsionou a criação e expansão de modalidades de ensino no Rio Grande do Norte, dentre elas a modalidade de escola rudimentar na zona rural. De acordo com Dantas (1921, p.33) “coube ao governador Antonio de Souza completar, agora, a organização do ensino primário com a instalação dos cursos complementares e a disseminação das escolas rudimentares por muitos povoados do interior”.

Dantas prosseguiu seu texto afirmando que, a lei da Reforma de Ensino havia estabelecido as bases das escolas rudimentares fomentando a criação das chamadas “escolas ambulantes” que tinham seu funcionamento destinado a acontecer fora dos grandes povoados, alternando de lugar de tempos em tempos.

Desta forma a escola mudava de lugar, em períodos alternativos, levando a diferentes pontos do Estado a instrução. Sobre as escolas ambulantes o referido autor afirmava que estas funcionavam “com programas especiais, material escolar e pedagógico restrito, obedecendo, porém, as regras comuns de higiene”.

Importante perceber a menção feita pelo autor à higiene com a qual era conduzida a escola ambulante, que embora não estivesse estruturada em um prédio suntuoso e cuidadosamente projetado como o grupo escolar, não deixava de prezar pela higiene.

Era corriqueiro encontrar menção à higiene nos discursos que remetessem à instrução ou instituições de ensino, uma vez que, a propaganda republicana era adepta de preceitos como o higienismo, que aliava saúde à educação, a limpeza dos corpos e da mente estavam interligados.

O saneamento, a limpeza dos corpos e a instrução a limpeza das mentes no sentido do progresso da sociedade através da conscientização da importância de manter o corpo e mente saudáveis.

No ano de 1919, foi aprovada no Congresso a lei n. 471 de 3 de dezembro de 1919 que de acordo com Dantas (1921, p.33) “ampliou o dispositivo da Lei da Reforma, autorizando o governo a criar escolas rudimentares em todos os povoados com uma população escolar superior a cinquenta pessoas”.

A partir desta lei, o então governador Antônio de Souza instalou até a data da publicação do artigo de 1921, dezenove escolas rudimentares que de acordo com Manoel Dantas estavam confiadas à “professores idôneos”. De acordo com Manoel Dantas (1921, p. 33)

O regimento interno que a diretoria da Instrução Pública elaborou para a boa organização e funcionamento dessas escolas deu-lhes uma movimentação e elasticidade tais que permitem deslocá-las de uma para outra parte, acomodá-las ao meio local, sem alteração dos programas.

Manoel Dantas, descreveu em seu texto características da Escola Rudimentar, que para este artigo foi organizado no Quadro 1 representado abaixo:

Quadro 1: Escola Rudimentar

	<i>Escola Rudimentar</i>
--	--------------------------

Modalidade	Turno	Duração do curso	Disciplinas
Fixa	Noturna	2 anos	Leitura
Ambulante	Diurna		Escrita
Curso Graduado			Contabilidade
			As 4 operações
			Ligeiras noções de conhecimentos gerais e instrução cívica

Quadro 1: Elaborado pela autora com base nos dados da Fonte Primária

Prosseguindo com sua escrita Dantas (1921) afirmava que “o maior ou menor desenvolvimento do programa depende da capacidade técnica e pedagógica do professor”. Afirmando ainda, o que caracterizava o afeição pedagógica dos programas de ensino da Escola Rudimentar era o tempo de duração do curso reduzido de dois anos.

Ressaltava ainda que o tempo reduzido do curso da Escola Rudimentar não representava a finalidade de um sistema particular de ensino para as classes rurais, mas era o primeiro estágio do ensino geral. O aprendizado do aluno formado em escola rudimentar, que aprendia sumariamente a ler, escrever e contar estava também habilitado a prosseguir com o aperfeiçoamento de seus estudos nos grupos escolares e escolas complementares.

O autor Dantas (1921) definia a escola rudimentar, destacando-a não como sendo um coro estranho ou organização à parte no sistema geral de ensino, mas estava incorporada a ele de modo racional. No Quadro 2 podemos observar o ensino público do RN nas modalidades de ensino elementar, escola isolada, ensino superior e curso complementar

Quadro 2: Organização do Ensino Primário do RN em seis anos

Ensino Primário completo do RN 1921 – Duração de seis anos		
Modalidades de Ensino	Ensino Elementar (Nos grupos escolares e escolas isoladas)	Ensino Superior (nos cursos complementares)

Duração do curso	4 anos	2 anos
------------------	--------	--------

Quadro elaborado pela autora com base nos dados da fonte primária

O aluno poderia completar a sua instrução primária tendo iniciado os estudos em grupo escolar, escola isolada ou escola rudimentar. Para os alunos da escola rudimentar o curso reduzido de dois anos correspondia ao curso que nas escolas isoladas e grupos escolares era ministrado em quatro anos.

O curso de dois anos correspondia em linhas gerais aos dois anos do curso infantil ministrado no grupo escolar e escola isolada. Segundo Dantas (1921) “o regimento interno preceituou que o aluno ao sair da escola rudimentar estava habilitado a se matricular nos cursos elementares dos grupos escolares”.

Assim sendo, o Diretor de Instrução Pública definia as escolas rudimentares situadas nos povoados e fazendas como a “sucursal dos grupos escolares” que devido a sua organização mais complexa estavam inseridos no que ele descrevia como “centros de mais movimento e mais intensa população” Manoel Dantas (1921) afirmava que este era um “meio racional e econômico de disseminar o ensino oficial”.

O benefício que a criação de escolas rudimentares impulsionava na educação do Estado refletia-se principalmente no seu caráter econômico. Custava muito mais aos cofres do Estado construir um suntuoso grupo escolar em cada povoação do RN, com instalações e equipamentos adequados. Já a escola rudimentar tinha um custo menor.

O Estado não poderia criar grupos escolares suficientes para os povoados, mas podia criar escolas rudimentares que funcionassem de maneira isolada de maneira a ministrar para a população as primeiras noções do ensino primário, e de acordo com a expressão utilizada pelo Diretor de instrução “desanalfabetizando o povo”.

O objetivo da organização do ensino no Rio Grande do Norte, segundo Dantas (1921) visava difundir a instrução primária com maior proveito. Explicava que o grupo escolar da época, em sua constituição mais simples, estava composto por três cadeiras de ensino, sendo estas: uma infantil mista e duas elementares.

A análise do Diretor de instrução pública apontava que, três professores podiam proporcionar a cento e vinte alunos o ensino elementar completo. Com o propósito do governo,

de difundir o ensino ao maior número possível da população, considerando as dificuldades apresentadas pelos cofres públicos do Estado, a lei da Reforma de Ensino criou as escolas isoladas, que mantinham os mesmos programas e ensino dos grupos escolares.

Na constituição da Escola isolada, o horário desta, era dividido em dois tempos. Sendo de duas horas cada um. Com essa sistemática, o professor poderia aumentar consideravelmente o número da matrícula. Dantas (1921) afirmava em seu texto que a partir deste programa de ensino, professores “lecionavam com proveito a mais de sessenta alunos”. Nesse sentido nos apresentou um comparativo que organizamos no Quadro 3:

Quadro 3: Dados de modalidades de ensino com números de estudantes alfabetizados no período de quatro anos

Dados anuais comparativos entre modalidades de ensino		
Grupo Escolar	Escola Isolada	Escola Rudimentar (curso reduzido 2 anos)
3 Professores	3 professores	3 professores
Até 120 alunos	Até 240 alunos	480 alunos
Duração de 4 anos	Duração de quatro anos	Em quatro anos

Quadro elaborado pela autora com base em dados da fonte

Com o curso reduzido de dois anos, a soma de alunos da escola rudimentar chega a 480 alunos, quantidade superior ao das outras modalidades. De acordo com Dantas (1921, p. 35) na escola rudimentar os alunos tinham as primeiras noções de leitura escrita e contabilidade, podendo posteriormente completar os estudos do curso primário nos grupos escolares. Dantas (1921) definia esta organização afirmando, “se não é a mais perfeita é racional, contribuindo eficazmente para combater o analfabetismo”.

Seguindo sua análise, Dantas (1921, p. 35) afirmava que “convencidos que o período escolar de quatro anos é muito longo” para vencer o combate ao analfabetismo no RN, este período escolar havia sido reduzido em várias organizações escolares, afirmando que esta ação paralisava de alguma sorte a marcha geral do ensino, “para descongestionar, por meio de um curso especial de dois anos, a grande massa de analfabetos, continuando depois o ensino aperfeiçoado” Dantas (1921, p. 35) em suas considerações finais ao artigo complementava que

Nossa organização não sofreu solução de continuidade e representa uma grande árvore que, pelas suas mais delicadas radículas, fosse procurar seiva em camadas mais profundas do solo. A escola rudimentar do mais ínfimo lugarejo está enquadrada na organização geral do ensino que funciona como uma engrenagem perfeita, por meio dos diversos estabelecimentos, harmônicos entre si, servindo desde as populações dos campos até as das grandes cidades. Calculo em quarenta mil a população escolar do Rio Grande do Norte. Distribuída essa população pelas escolas rudimentares, conforme a organização que o Governo do Estado lhes deu, quinhentos professores bastariam para ensinar a ler escrever e contar a todos os analfabetos no Rio Grande do Norte.

Embora a luta contra o analfabetismo estivesse ainda forte, a instrução pública resistia, sob análise de Manoel Dantas renovando-se, buscando soluções para os problemas.

Para ele, intitular um artigo e falar sobre escola rudimentar, implicou trazer à baila toda a situação do ensino público do RN. Pois o maior objetivo era não apenas falar de modalidades de ensino, mas deixar claro quão ativo estava sendo o governo e a luta deste para o progresso da instrução pública.

Um misto de conscientização e esperança conduziam seu discurso, e é com a estatística de 40 mil para a população escolar na época, afirmava esperançosamente que para combater o analfabetismo bastariam 500 professores.

4. Considerações Finais

As contribuições deste artigo, residem na percepção histórica sobre as representações de ensino, colaborando com os estudos daqueles que buscam compreender como o ensino público no Rio Grande do Norte estava sendo estruturado na Primeira República e como a educação era percebida por importantes personas da época, como o Diretor Geral de Instrução Pública.

Este artigo, mostrou também as formas de divulgação, com destaque para a Revista Pedagogium, lócus de textos escritos, organizados e publicados pela Associação dos Professores, com a contribuição de intelectuais da educação.

Traçamos como objetivo inicial perceber as representações do ensino público no texto, Escolas Rudimentares, escrito por Manoel Dantas e publicado na Revista Pedagogium. Ao aproximar-se das ideias que marcaram as linhas finais do texto ora escrito, percebe-se que alcançamos o objetivo pretendido, compreendendo como estava representado o ensino público no texto Escolas Rudimentares.

Percebe-se que a trajetória do Ensino público percorreu longo trajeto, com reformas e tentativas de reorganização do Ensino que nem sempre foram bem sucedidas, contando também com a intervenção das secas, fator climático que dificultava o avanço do setor educativo, uma vez que causava caos no setor econômico prejudicando o investimento na expansão de instituições escolares e pagamento dos professores.

O ensino encontrava-se ainda de difícil acesso para grande parte da população da época. Levar a instrução à todo o Estado era missão árdua, que muito exigia dos governantes e de todos os envolvidos no processo educativo. A criação da Associação dos Professores e da Revista Pedagogium, possibilitou a criação de um espaço onde a rede de sociabilidades dos intelectuais da educação da época pudesse ser registrada e reunida em textos trazendo à baila assuntos importantes para o ensino.

O texto *escolas Rudimentares*, buscou demonstrar também em grande escala, que incessante era a atividade dos governantes e dos funcionários da educação pela sua ampliação, melhoramento e reorganização. E que isto também não deixava de envolver as secas. Como anunciado no início por Manoel Dantas, eram estes os dois problemas que consumiam os governos republicanos desde Pedro Velho até o atual contexto dos anos 1920 no governo de Antônio de Souza.

Entretanto a esperança na reorganização do ensino e no triunfo da instrução pública, estava na segurança da atividade incansável que faziam questão de demonstrar os envolvidos neste processo, registrando seus esforços na criação de Reformas de Ensino, na fundação de instituições escolares ao longo de Províncias do RN.

As representações do ensino público de Manoel Dantas, perpassavam principalmente o setor burocrático, demonstrando as leis e reformas que propiciaram a criação e regulamentação do funcionamento das instituições escolares, ressaltando a atividade incessante dos governantes republicanos, deixava transparecer em sua escrita a crença de que o problema do analfabetismo caminhava cada vez mais para ser solucionado, destarte as dificuldades ainda a serem superadas pelo setor educacional do RN.

Referências

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: **A beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Ed. Universidade/ UFRGS: Porto Alegre, 2002.

CORDEIRO, Anna Gabriella de Souza; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **A Revista Pedagogium e a atuação do Estado no Governo Antônio de Souza (1921 - 1923):** representações do imaginário da cultura escolar potiguar. VI Encontro Norte e Nordeste de História da Educação, 2016.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. In: Revista **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p.289-300, maio/ago.2004.

Fontes Primárias

DANTAS, Manoel Gomes de Medeiros. Escolas Rudimentares. In: REVISTA PEDAGOGIUM, Num. 1 – ano I. Natal: Empresa Tipográfica Natalense, Julho de 1921.

REVISTA PEDAGOGIUM, Num. 1 – ano I. Natal: Empresa Tipográfica Natalense, Julho de 1921.